

Franco Nogueira: os meandros de uma fidelidade**

Diplomata de carreira, Franco Nogueira foi o último ministro dos Negócios Estrangeiros de Salazar, seu braço direito para a política externa ao longo de todo o último combate do chefe do Estado Novo contra os «ventos da história». Nomeado em Maio de 1961, no rescaldo do golpe de Botelho Moniz, pouco tempo depois de estalarem em Angola as primeiras revoltas do fim do império, concentrou os seus esforços numa defesa obstinada mas hábil da política colonial salazarista e do «ultramar português»; e só foi exonerado, a seu pedido, em Outubro de 1969, mês em que se tornaria deputado, eleito como independente em lista da União Nacional, numa altura em que Marcelo Caetano, sucessor de Salazar (em 1968, ao abrir-se a sucessão, Franco Nogueira fora dos nomes mais falados), procurava consolidar — e legitimar eleitoralmente — o seu poder. Com o novo presidente do Conselho só contrafeito terá aceite colaborar, a instâncias do presidente da República, intérprete de meios civis e militares desejosos de continuidade; e desde logo preveniu que ficava por pouco tempo, convencido, embora naturalmente se guardasse de o proclamar, de que Caetano seria um chefe fraco, inclinado, na questão ultramarina, para cedências e soluções inaceitáveis.

Até ao 25 de Abril assumiu, na Assembleia Nacional e fora dela, uma atitude vigilante, notoriamente desconfiada, à espreita dos ataques, insídias e traições que a seu ver ameaçavam a integridade da nação portuguesa qual a entendia: nação multirracial, da qual as «províncias ultramarinas» eram e deviam continuar a ser parte integrante e a qual, em ficando sem elas, deixaria

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

** Este texto é uma versão adaptada da «entrada» publicada no *Dicionário de História de Portugal* (António Barreto e Maria Filomena Mónica, orgs.), Porto, Figueirinhas, 1999. Por essa razão, o artigo termina, não com a morte de Franco Nogueira, mas em 1974.

de ter missão e projecção no mundo, arriscando-se a só metrópole a perder a própria independência e os territórios de além-mar a explodirem em convulsões tribais e a serem disputados por mais poderosos vizinhos, submetidos ao jogo das potências, entregues à desenfreada cobiça de grandes empresas estrangeiras ou multinacionais... Pelo ultramar continuou, pois, a terçar armas, desenvolvendo os argumentos da sua defesa e criticando duramente não só inimigos declarados, das oposições portuguesas ao comunismo internacional, mas também os aliados de Portugal que o não apoiavam ou até o hostilizavam em África, e ainda, *máxime*, as tendências europeístas, tecnocráticas, pacifistas e progressistas que no seio do próprio regime salazarista se expandiam. Contra todos se bateu, perorando na Assembleia, pronunciando conferências, concedendo entrevistas, escrevendo artigos, alguns sob pseudónimo, cheios de venenosas setas..., ou publicando livros acesamente militantes mas onde é constante a tentativa de situar o combate político na crise geral de civilização que estaremos vivendo e em amplas perspectivas históricas e geo-estratégicas. Noutra obra desenvolveu uma teoria das lusas elites, de acordo com a qual elas são demasiado sensíveis à influência de ideias e de interesses estrangeiros e costumam falhar à nação em momentos cruciais.

Nos últimos anos do regime salazarista, as posições do ex-ministro dos Estrangeiros endureceram notoriamente: em matéria colonial ou ultramarina deixou cair aberturas que anteriormente (e apesar de uma assumida intransigência) à sombra de Salazar esboçara; em política interna advogou o reforço da luta ideológica e da ordem pública, adoptando em face do ensaio marcelista de «renovação na continuidade» uma atitude de permanente alerta e frequente censura, ora frontal ora velada, muito temerosa dos passos renovadores. Assim, foi caindo nas boas graças de sectores de direita e de extrema-direita aos quais — homem de perfil republicano — não pertencia e que se tinham mostrado hostis à sua entrada para o governo, acabando por ser considerado, com alguma justiça, um dos maiores expoentes da ala conservadora do regime. Na verdade, a sua evolução — marcada nesses anos pela aguda consciência de uma crise da autoridade a seu ver universal mas que em Portugal assumia contornos especialmente preocupantes para um homem como ele, por coincidir com a guerra no ultramar e com o desaparecimento do fundador e guia do Estado Novo — levou-o a aproximar-se cada vez mais da figura e do pensamento de Salazar, com os quais tendeu cada vez mais a identificar-se: tanto na acção, ao procurar, antes do 25 de Abril, fazer com que o país perseverasse nos caminhos apontados pelo mestre, quanto na imaginação, ao escrever, depois dessa data, a biografia do antigo presidente do Conselho. Mas um atento exame da sua carreira revelar-nos-á que ele foi uma personagem mais complexa e uma personalidade mais rica do que a da sua effigie final.

LETRAS

Alberto Marciano Gorjão Franco Nogueira nasceu em Vila Franca de Xira a 17 de Setembro de 1918, filho de António Victor Gorjão Nogueira, juiz de direito que também advogou, e de Maria Theodolinda Aida Fonseca Franco. Passou parte da adolescência nos Açores, onde o pai esteve colocado, mas concluiu os seus estudos secundários em Lisboa, no Liceu Pedro Nunes, com a classificação final de 13 valores. E saiu aos seus — porque jurista fora já o avô paterno, advogado — ao inscrever-se na Faculdade de Direito da capital no ano lectivo de 1935-1936, aí vindo a licenciar-se, de novo com 13 valores de nota final, em Julho de 1940. Nesse ano também se formaram Henrique Martins de Carvalho, que viria a ser ministro da Saúde, José Calvet de Magalhães, futuro embaixador, e Manuel Gomes da Silva, destinado a lente, para já não falar em Álvaro Cunhal, que, vindo da prisão para os exames, não pode ser propriamente considerado seu colega de curso.

Na Faculdade, onde houve quem o visse mais virado para a ciência política, para a literatura e para a história do que para as ciências jurídicas¹, publicou com Martins de Carvalho e João de Melo Franco, futuro juiz do Supremo, a segunda parte das lições de Direito Constitucional de um professor inconformista, Rocha Saraiva, ex-ministro da I República. E foi secretário da comissão administrativa da Associação de Estudantes, nomeada em 1938 pelo ministro da Educação, Carneiro Pacheco, solenemente empossada pelo reitor da Universidade de Lisboa, Caeiro da Mata, e à qual Martins de Carvalho presidiu². Segundo este último, Franco Nogueira estreou-se nos jornais com um artigo, publicado pelo *Correio de Abrantes*, sobre a guerra civil de Espanha. Mas o secretário dessa comissão administrativa, à qual também pertenceram os nacionalistas José de Sousa Duffner e Luís Ribeiro Soares, tinha com gente de esquerda afinidades profundas — evidentes no plano das preferências literárias — e relações que se revelariam duradoiras: em Novembro de 1958 ainda fez parte, com Joel Serrão, José Fernandes Fafe, Carlos de Oliveira, Mário Dionísio e Fernando Piteira Santos, entre outros, da comissão organizadora da primeira exposição do pintor e ilustrador Manuel Ribeiro de Paiva, seu grande amigo prematuramente falecido. De 1940 é outro artigo seu, publicado a 9 de Fevereiro em *O Setubalense* — diário republicano, note-se —, intitulado «O português mau político», onde afirma a incompatibilidade do liberalismo com a índole do luso homem, geralmente exaltado, nada objectivo, falho de «espírito de observação», incapaz de encarar os problemas «de frente, com

¹ V. in *Embaixador Franco Nogueira — Textos Evocativos*, Porto, Liv. Civilização, 1999, livro organizado por Teresa Melo Ribeiro, Gonçalo Sampaio e Melo e Manuel Vieira da Cruz, o esboço biobibliográfico devido aos dois últimos.

² V. in *Embaixador Alberto Franco Nogueira: Evocação, Homenagem*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1994, pp. 59 a 61.

calma» e ao qual não convém «um regime de democracia liberal e individualista», bom para a Inglaterra mas entre nós votado (como em França) à demagogia oportunista e a violentas balbúrdias. Convém-lhe, sim, um Estado forte, vigilante, que «sem ser totalitário seja no entanto autoritário». No essencial, Salazar não dizia outra coisa.

Em 1941 concorreu a um lugar de adido de legação do MNE, tendo sido aprovado — por um júri a que presidia Luís Teixeira de Sampaio — e colocado na Secretaria de Estado, onde ficou até à sua nomeação para Tóquio em Outubro de 1945. Mas o jovem diplomata de novo deu a amigos a impressão de estar mais empenhado noutra coisa e essa seria então a literatura e, mais precisamente, a crítica literária. Ao reunir em livro artigos que entre 1943 e 1953 publicara, decidiu salientar que a sua dedicação à crítica literária — ocorrida entre os 25 e os 35 anos — tinha sido muito intermitente³. E é verdade que não mais a retomou. Mas erro seria pensar-se que esses escritos não passaram de juvenis devaneios ou de ademanos culturais do diplomata. Muito pelo contrário, tudo indica que corresponderam a uma vocação autêntica, se bem que não exclusiva, abandonada com pena quando a concorrência da outra a isso o obrigou. Com efeito, tanto antes de partir para o Oriente como depois de regressar, Franco Nogueira foi um crítico bastante assíduo, com tribuna primeiro no *Diário Popular* (página literária) de 1943 a 1945 e depois em *A Semana* de 1951 a 1953, e pronunciou-se por extenso sobre a maioria dos escritores portugueses de renome. No *Jornal de Crítica Literária* dá-se, é verdade, pela falta de vários poetas hoje reconhecidamente grandes, como, por exemplo, Jorge de Sena, Mário Cesariny e Alexandre O'Neill⁴. Mas os romancistas, novelistas e contistas mais importantes de todas as tendências merecem ao nosso autor detido exame: do católico Francisco Costa ao comunista Soeiro Pereira Gomes, passando por Joaquim Paço d'Arcos, Domingos Monteiro, Aquilino Ribeiro, Ferreira de Castro, Vitorino Nemésio, Branquinho da Fonseca, Castro Soromenho, Manuel da Fonseca, Carlos de Oliveira, Fernando Namora e Alves Redol, sem esquecer os também ou sobretudo poetas José Régio, Miguel Torga e José Gomes Ferreira, e ainda escritores como José Cardoso Pires e Vergílio Ferreira, cuja carreira ainda ia no adro.

Tinha da crítica uma alta ideia, vendo-a em «permanente vigília», atenta a todos os problemas postos pelos escritores: por um lado, claro, os problemas da arte, mas, por outro, os da vida, pela arte «envolvida»⁵. Invocando Moniz Barreto, achava que a arte era «transposição criadora da realidade para o campo da imaginação» e a crítica «transposição criadora (também) mas da ficção para

³ V. Franco Nogueira, *Jornal de Crítica Literária*, Lisboa, Liv. Portugal, 1954, p. 12.

⁴ De outros surrealistas (António Pedro, António Maria Lisboa...) também não se ocupa, parecendo reduzir o surrealismo português ao que dele perpassa em Casais Monteiro.

⁵ V. *Jornal...*, cit., p. 95.

a realidade», no sentido de uma «recondução da arte à vida»⁶. E, se via a crítica «subordinada aos problemas postos pela literatura, que não deve obedecer a ditames exteriores ou a uma qualquer fé — religiosa, como a do católico Francisco Costa, ou política, como a do comunista Alves Redol —, logo acrescentava que a literatura, pelo seu lado, estava «sujeita aos problemas postos pela vida, sem embargo de a obra de arte a superar e transcender num plano superior». Entendendo, naturalmente, que, «se a arte pela arte é uma fórmula caduca, a crítica pela crítica não o seria menos»⁷, desejava suscitar em Portugal entusiasmo por ela, bem como pela mais lata «elaboração de um pensamento e de uma mentalidade crítica», necessários para alargar o horizonte da vida portuguesa, «limitado e pouco variado», e para superar o isolamento cultural em que os portugueses viviam: alheados do que se publicava no estrangeiro e aparentemente «esquecidos do gosto viril do contacto com ideias diferentes»⁸. Da censura não fala, sequer alusivamente, mas não era fácil falar; e nada há, no *Jornal de Crítica Literária*, que aparente o autor ao regime salazarista. Leitores sem preconceitos antes o aproximarão de um certo progressismo, patente, por exemplo: (1) na sua apreciação de José Régio⁹, «esteta fechado em si próprio, egocentrista», grande poeta, sem dúvida, mas sempre preso «à irradiação intimista de uma alma que se fecha, ao qual prefere um José Gomes Ferreira, autor de «rigorosa expressão moderna [...] profundamente dramático [...] romântico no sentido nobre do termo» e que — cita — «cairia morto de vergonha/ se vagueasse pelo mundo/ a enxugar lágrimas de pobres/ com lenços de nuvens»¹⁰; (2) na estima que tem por Carlos de Oliveira, em cujas obras mais conseguidas saúda «uma prosa por vezes empolgante e um estilo vivo e expressivo [...] sóbrio, intenso, cortante...», bem como um tratamento da luta de classes de acordo com o materialismo dialéctico mas sem cair no panfletarismo¹¹; (3) na atenção que presta a Castro Soromenho, verdadeiro «romancista da África negra», alheio à mera reportagem etnográfica, às recreações exóticas, à «literatura da superioridade branca e do preconceito rácico»; (4) na admiração que manifesta por nomes feitos estrangeiros como Gide, Malraux, Aragon, Steinbeck e Graciliano Ramos, lamentando a páginas tantas que os neo-realistas portugueses tomassem por modelo autores sem a craveira dos dois últimos...

Por outro lado, é verdade que o jovem crítico se queixa da excessiva permeabilidade dos nossos escritores a influências estrangeiras e defende um

⁶ Não a uma vida empírica, dispersa e desconexa, mas à vida como «visão geral» (v. *Jornal...*, cit., pp. 74, 79 e 283-284).

⁷ *Ibid.*, p. 74 a 79.

⁸ *Ibid.*, pp. 12 e 264 a 266.

⁹ *Ibid.*, pp. 111 a 114 e 244 a 247.

¹⁰ *Ibid.*, pp. 175 a 181 e 233 a 244.

¹¹ *Ibid.*, pp. 49 a 68.

certo «aportuguesamento» deles. E fácil se afigura ligar este seu nacionalismo literário à mais agressiva teoria política do escol português estrangeirado que mais tarde viria a formular¹². Ora, são coisas diferentes, por mais que uma tenha sido prelúdio da outra. Quanto ao nacionalismo literário, qual se manifesta no *Jornal*, cumpre observar que ele se mostra moderado, propenso ao intercâmbio com outras literaturas e alheio a sentimentos de superioridade, antes parecendo corresponder a uma exigência de enraizamento dos pátrios escritores numa vida colectiva (nacional) que nas obras deles densa e variamente se exprimiria, quase nada tendo que à esquerda se não pudesse subscrever. Com efeito, não se trata quase nunca — no *Jornal de Crítica Literária* — da nação multirracial e pluricontinental a cuja estrénuo defesa o diplomata e político Franco Nogueira viria a devotar-se. A bem dizer, tal concepção do «ultramar português» não é por ele expressamente assumida em nenhuma passagem do dito livro — nem sequer ao falar de Soromenho e de literatura colonial — e muito poucas são as páginas em que essa concepção vagamente se vislumbra, à luz de uma história que em 1954 ainda estava para vir... No entanto, há que salientar algumas linhas dedicadas a Miguel Torga¹³ e visando o saudosismo deste «Herculano de botas cardadas», cuja mentalidade e temperamento lhe parecem «claramente imperiais, dominadores e heróicos, à maneira antiga de um Albuquerque, de um Infante ou de um D. João de Castro». De acordo com Franco Nogueira, eis um saudosismo bem diferente do (todo interior) de Pascoais e Afonso Duarte. «Fomos grandes, fomos duros, fomos poderosos, e Torga como poeta, sente-se grande, duro e poderoso, num meio que o não comporta [...] No (seu) íntimo [...] há o demónio da acção e do domínio, que foi paralisado pela arte e encontra a sua expressão na poesia.» Ora, aqui, talvez o crítico também estivesse falando um pouco de si, como quem precisa de uma mais desafogada vocação. E aqui o deixamos, cientes de que veio a encontrá-la, mesmo que em novo ainda não a procurasse.

DIPLOMACIA

Na sua carreira diplomática distinguem-se, *grosso modo*, as seguintes etapas principais.

APRENDIZAGEM

Em Lisboa, na Secretaria de Estado, Nogueira, adido de legação em Outubro de 1941, foi promovido a terceiro-secretário em Julho de 1943 e

¹² V. Franco Nogueira, *As Crises e os Homens*, Lisboa, Ed. Ática, 1971.

¹³ V. *Jornal...*, cit., pp. 255 a 258.

ascendeu a segundo-secretário ao ser nomeado para Tóquio em Outubro de 1945. Destes primeiros anos, o que mais interessa referir são os relatórios anuais por ele produzidos — e conservados no Arquivo Histórico do Ministério —, entre os quais se salientam os relativos a 1942 e a 1944. Intitulado «Subsídio para uma síntese», trata o primeiro do «imperialismo político da Alemanha», ao passo que o segundo, «Teoria de um império», se apresenta como «breve síntese da política externa russa». Manifestando a inclinação do autor para uma grande geopolítica enraizada na história, ambos relevam de uma concepção das nações a que se manteria fiel até ao fim e de acordo com a qual elas são como que indivíduos colectivos, cujo carácter invariável e cujos permanentes interesses informam sucessivos detentores do poder, determinando uma substancial continuidade das respectivas políticas externas, as quais, na sua essência, não dependem da natureza e dos fins dos regimes internos nem da personalidade dos chefes que as promovem. Nesta ordem de ideias, Hitler surge qual lídimo herdeiro não só de Bismark, mas também do weimariano Stresemann, guiando-se no fundo pelo «mesmo pensamento» e utilizando «em substância [...] processos análogos» (*sic*) aos deles. Escrevendo, provavelmente, depois de Estalinegrado, o futuro ministro português considerava «erróneas» as declarações dos dirigentes aliados de que não negociariam com o governo nazi por este «não oferecer garantias». A seu ver, «qualquer governo do Reich procederia de forma idêntica à do actual»; e, por isso, o que se devia questionar não era «a personalidade do *Führer*», mas sim «a própria personalidade colectiva do povo alemão». Ora, apesar de atribuir a este último um «carácter guerreiro», que se comunicara ao «corpo do estado-maior», o diplomata português não via qualquer diferença essencial entre o imperialismo germânico e o inglês ou o francês (a maior virulência do primeiro procederia de ele ter sido, até então, sempre derrotado...) e previa que o «carácter militarista» teutónico se atenuaria à medida que a Alemanha realizasse as suas ambições, o mesmo presumindo acerca dos seus «agressivos métodos de política externa»¹⁴.

Análoga é, imparcialmente, a sua abordagem da Rússia¹⁵, «país infindo e uniforme... terra imensa que suscita a nostalgia e desperta o sentimento da morte» e cujo clima — «inverno longo e glacial [...] verão curto e tórrido» — talvez não tenha paralelo em «qualquer outra região do mundo». Ora, por tudo isto, é profundo o seu contraste «com a formação geral do resto da Europa» e de tudo isto se ressentem o carácter e a mentalidade do povo russo: «a letargia no sonho, a prostração na inércia, o arrebatamento na energia, a brutalidade na cólera [...] o misticismo na religiosidade, a abnega-

¹⁴ V. «Subsídio para uma síntese», pp. 47-48.

¹⁵ V. «Teoria de um império», pp. 2-3 e 6 a 45.

ção na renúncia. Como o clima, a alma russa é violenta. Como o solo, a alma russa é extrema.» Uma vez postas estas premissas de procedência marcadamente literária, Franco Nogueira passa em revista a história russa, desde antes dos czares até ao pacto germano-soviético de 1939 — passando por Ivan, Pedro e Catarina e pela paz de Brest-Litovsk¹⁶ —, para concluir que a Rússia de Estaline não era imperialista por ser comunista, «mas apenas por ser a Rússia», e que, «se no trono do Kremlin, em lugar de um marechal de recente promoção, se encontrasse um czar, a política externa russa seria idêntica». O que estava em causa não era «a personalidade do ditador moscovita e a doutrina do partido», mas sim «a personalidade colectiva do povo russo e a tendência imperialista da alma eslava». Naturalmente, o jovem diplomata português não ignorava o argumento da «fraternidade universal das massas», mas julgava-o mera alegação propagandística ao serviço dos objectivos russos (e não soviéticos) tradicionais: de imediato, «o controlo da Ásia e o controlo da Europa». Para mais tarde ficariam: na Europa, o «domínio dos Balcãs» e a entrada no Mediterrâneo; na Ásia, o «domínio do Índico» e a «penetração na Pérsia»...

NO ORIENTE

Nomeado para Tóquio em Outubro de 1945, Franco Nogueira chegou a essa cidade em Janeiro de 1946 e só regressou a Lisboa em Junho de 1950. Simples segundo-secretário de legação, tornou-se, com 27 anos de idade, encarregado de negócios português no Japão e delegado do seu governo junto do Alto Comando Aliado do general MacArthur. Em 1949 realizaram-se as comemorações dos 400 anos da chegada de S. Francisco Xavier, tendo a missão diplomática portuguesa organizado uma exposição comemorativa do acontecimento; e em 1950, o encarregado de negócios tutelou a representação portuguesa na Exposição Internacional de Kobe. Terão sido estes os episódios oficiais de mais relevo em que participou no Oriente. Em Tóquio conheceu, mal acabado de chegar, a mulher com quem casou e que constantemente o acompanharia até ao fim da vida: Vera Machado Duarte Wang, de mãe portuguesa e cujo pai, diplomata chinês, estivera em Lisboa ao serviço do governo de Chang-Kai-Shek. (Mais tarde viria a ser longamente impedido de sair da China pelo regime comunista.) O casamento teve lugar na capital japonesa, a 3 de Setembro de 1947, uma vez vencida, diz-se que com intervenção de Salazar, certa resistência burocrática ao enlace de diplomatas portugueses com filhas de estrangeiros. Durante a sua estada no país do Sol-Nascente, Franco Nogueira fechou-se à cultura japonesa — que para ele, no

¹⁶ Brest-Litovsk (1917) foi «a vitória da revolução e a derrota da Rússia. Vencida, esta mergulhou na imensidade continental para se recuperar do desastre». A Rússia da revolução «passava a conduzir na sombra uma política indirecta» dirigida sobretudo contra o império britânico.

fundo, não chegava, enquanto algo de original, a existir —, mas abriu-se à Ásia em geral e muito especialmente à China, onde em 1949 o comunismo se instalara. Insuspeito de simpatia para com o novo regime chinês, e dizendo que, de imediato, o essencial era contê-lo, impedir que se expandisse, defender o Sudeste asiático e o resto do Extremo Oriente, também escreveu que a política americana quanto à China fora «deplorável»; e previu que, «mais tarde ou mais cedo», seria preciso reconhecer o novo poder instalado em Pequim, quiçá tentando criar «um comunismo chinês titoísta que escape à influência e direção russas», a contar com a velha rivalidade entre a China e a Rússia [... que] virá à superfície mais tarde ou mais cedo». Escritas em 1950, estas linhas parecem inscrever o seu autor na corrente do MNE favorável ao imediato reconhecimento da China de Mao Tsé-tung, corrente essa que parece ter sido bastante forte, mas não convenceu Salazar... Ignorante ou distraído, o Ocidente — diz ele — não compreendeu que na «passividade oriental havia mais desdém do que impotência, mais arrogância silenciosa do que aceitação submissa»¹⁷. E também não terá visto que as elites asiáticas se iam familiarizando com a ciência, com a técnica e com as formas de organização europeias e norte-americanas, sem no entanto se ocidentalizarem profundamente, e preparando-se, lentamente embora, para sacudirem o predomínio do Ocidente com armas pelo mesmo Ocidente fornecidas... No segundo após-guerra, esse movimento eclodiu, passando a constituir «um dos aspectos fundamentais da situação internacional», com profundas repercussões por todo o mundo. Entre asiáticos e europeus fora-se entretanto criando «um abismo moral», em princípio propício à penetração russa no Oriente¹⁸.

Na linha destas sombrias perspectivas, que na década de 60 balizariam a sua acção ministerial, é que deve ser entendido o combate que propunha e se propunha ao apresentar-se ao concurso para conselheiro de 1952: combate vigoroso sim («determinado», diz ele), mas que não desobrigaria o Ocidente de «conceder razão ao adversário onde ele a tiver» nem de «se desapegar» dos seus próprios mitos¹⁹. Eis uma posição que de ultramontano nada tinha e antes parecia rimar com a abertura ao mundo e à história que já vimos ter sido a sua enquanto crítico literário.

DA ÁFRICA ÀS NAÇÕES UNIDAS E AOS ARREDORES DO PODER

Em Janeiro de 1949, Franco Nogueira tinha sido nomeado cônsul de 2.^a classe e colocado em Sidney, mas não chegou a tomar posse desse novo cargo, continuando encarregado de negócios no Japão até regressar a Lisboa em meados do ano seguinte. Aí, na Secretaria de Estado, foi duas vezes

¹⁷ V. Franco Nogueira, *A Luta pelo Oriente*, Lisboa, Ed. Ática, 1957, p. 20.

¹⁸ Id., *ibid.*, pp. 21 e segs.

¹⁹ Id., *ibid.*, p. 171.

promovido: em Fevereiro de 1953, a cônsul de 1.^a classe, sendo transferido em Maio do mesmo ano para o corpo diplomático, com a categoria de primeiro-secretário de legação; em Março de 1954, a conselheiro de legação, logo nomeado chefe da Repartição dos Negócios Políticos. Mas em Setembro desse ano regressou ao corpo consular, ao ser nomeado cônsul-geral em Londres, partindo para Inglaterra em fins de Março de 1955. A promoção seguinte, a ministro plenipotenciário de 2.^a classe, demorou cerca de três anos, ocorrendo em Janeiro de 1958, acompanhada do regresso a Lisboa, onde Paulo Cunha o nomeou adjunto do director-geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna do Ministério. Mas na capital britânica nunca passou muitos meses seguidos, constantemente solicitado, como já veremos, por missões diplomáticas que excediam o cargo londrino. De resto, já entre 1951 e 1954 viajara muito em serviço e voltaria a fazê-lo entre 1958 e 1961, tanto antes como depois de ser promovido a ministro plenipotenciário de 1.^a classe e nomeado (em Janeiro de 1959, por Marcelo Mathias) director-geral dos ditos Negócios Políticos. Convém dar uma ideia da sua intensa itinerância, pois nela se acha — muito mais do que nas formais promoções — a chave da sua ascensão no Ministério dos Negócios Estrangeiros, paralela à transformação de um intelectual ainda inquieto em político determinado e homem de poder. Num breve resumo, eis os percursos diplomáticos que mais interessa registar:

a) Quanto à cooperação em assuntos africanos

Actuou, por um lado, na CCTA, Comissão de Cooperação Técnica em África (ao sul do Sara), e, por outro lado, nas conferências de defesa de África. A CCTA, «apodada nos corredores das Nações Unidas de ‘o clube dos colonialistas’, fora concebida qual instrumento de concertação das políticas de desenvolvimento», não debatendo conceitos políticos, «até porque [eram] divergentes os princípios que regiam as administrações coloniais dos Estados membros», mas debruçando-se «sobre assuntos melindrosos, tais como o da regulamentação das condições de trabalho, da estrutura social, da saúde, etc.», na esperança de obter «um desanuviamento, mesmo parcial, das críticas anticolonialistas e da pressão norte-americana pela *descolonização* total e universal...»²⁰. Quanto às conferências de defesa de África, contaram com a presença dos países membros da CCTA e ainda com a dos EUA (na qualidade de observadores), da Libéria, da Etiópia e da Itália, tendo Franco Nogueira participado na primeira, que teve lugar em Nairobi em 1953, e na segunda, em Dacar, no ano seguinte²¹. Em matéria de cooperação africana

²⁰ V. José Manuel Frago, testemunho pessoal, in *Embaixador Alberto Franco Nogueira*, cit., pp. 32 a 34.

²¹ V. Franco Nogueira, «Conferência de Nairobi» e «Conferência de Dacar», relatórios anuais referentes a 1953 e 1954, respectivamente.

ainda cabe referir que representou Portugal na segunda sessão da Comissão Económica para África das Nações Unidas (Tânger, 1959), tendo em 1958 feito parte da delegação portuguesa à primeira. E, enfim, também no quadro da ONU, mas noutra comprimento de onda, registe-se que foi, em Junho de 1956, conselheiro técnico da delegação portuguesa à 39.^a Conferência da OIT, vindo a chefiar, um ano mais tarde, a que participou na 40.^a, que, como a anterior, decorreu em Genebra, e voltara a esta cidade em Outubro de 1956, à frente da delegação que tomou parte na conferência de plenipotenciários destinada a elaborar uma convenção suplementar para a supressão da escravatura. Nesta delegação figurou também Adriano Moreira, futuro ministro do Ultramar, que em 1961-1962 tentaria reformar profundamente o colonialismo português. E já veremos que os dois homens se encontraram frequentemente ao longo da segunda metade da década de 50. Pareceram então irmanados num mesmo combate, mas em 1962 separar-se-iam, vindo Moreira a considerar Nogueira um dos seus grandes adversários — o outro foi José Gonçalo Correia de Oliveira — no seio do governo de que os três faziam parte²².

b) Nas Nações Unidas

O futuro ministro dos Estrangeiros estreou-se fazendo parte da delegação portuguesa, também ela noviça (Portugal fora admitido em 1955), que, chefiada por Paulo Cunha e integrando, entre outros, Adriano Moreira, participou na sessão da assembleia geral da Organização que teve lugar em Nova Iorque de Novembro de 1956 a Fevereiro de 1957. E lá voltaria todos os anos, sem excepção, até 1960, notabilizando-se ora no plenário ora na 4.^a Comissão (a da descolonização) — junto da qual actuou, logo em 1957, na qualidade de representante permanente — por defender com afinco a política colonial do Estado Novo, dita ultramarina a partir da revisão constitucional de 1951. Firme na ideia de que os territórios por ela abrangidos eram províncias portuguesas jurídico-politicamente iguais às da metrópole, Nogueira — cujas intervenções eram referidas pela imprensa e aos poucos foi ganhando fama em meios diplomáticos — sempre sustentou que, à luz da própria Carta da ONU, o governo de Lisboa nenhuma obrigação tinha de prestar à comunidade internacional informações sobre eles, e muito menos de os encaminhar para a autodeterminação e a independência, por mais que os baptizassem de não autónomos e acusassem Portugal de neles praticar o mais retrógrado colonialismo. De acordo com as suas réplicas, eis o que não passava de maliciosa tentativa de intromissão nos assuntos internos de um Estado nacional

²² Sobre estas divergências, v. Adriano Moreira, *Notas sobre o Último Plenário do Conselho Ultramarino*, Lisboa, Instituto D. João de Castro, 1990, sobretudo pp. 10, 17, 29 e 60 a 68.

soberano: visando desmembrá-lo (e à nação por ele organizada e protegida) para abrir caminho — através da invocação de piedosos princípios — a vorazes apetites e a opressivas dominações, numa conjuntura mundial marcada pelo declínio das potências europeias, pela concorrência de mais recentes imperialismos e pela ameaça de cerco do Ocidente pelo mundo comunista. Mas não foi só na ONU que ele se bateu pela causa do ultramar. Na segunda metade da década de 50 interveio noutras sedes com idêntico fito: pronunciando conferências sobre «Portugal ultramarino» nas universidades britânicas de Leeds e Durham²³; participando, em 1957 e 1959, nos 3.º e 4.º colóquios internacionais de estudos luso-brasileiros; explicando a política externa portuguesa, em Maio do mesmo ano, a oficiais americanos de visita a Portugal, professores e alunos do National War College; falando sobre «Portugal ultramarino e a ONU» no Instituto de Altos Estudos Militares em Março de 1959... À entrada dos anos 60, Franco Nogueira, figura de primeiro plano da manobra portuguesa na ONU e director-geral dos Negócios Políticos do MNE (desde Janeiro de 1959), era também íntimo colaborador do seu ministro, Marcello Mathias, tendo-o acompanhado numa série de visitas oficiais — à RFA e à Bélgica em 1959, e à Espanha, à Inglaterra e à França em 1960 —, o que deve considerar-se natural, dado o cargo que exercia e sendo por ele sondado, em Fevereiro de 1961, no sentido de ascender a secretário-geral do Ministério. Em Março do mesmo ano, porém, a sondagem já foi outra, pois Mathias, desejoso de sair do governo, propôs-se recomendá-lo a Salazar para lhe suceder nas Necessidades, recomendação essa que, apesar dos protestos do interessado, terá mesmo feito muito pouco tempo depois²⁴. E a 4 de Maio do mesmo ano Franco Nogueira tomou posse como ministro dos Negócios Estrangeiros.

GOVERNO

O novo titular das Necessidades entrou para o governo na grande remodelação ministerial provocada pelo chamado golpe de Botelho Moniz de Abril de 1961, não tendo a sua escolha agradado a influentes situacionistas, como José Soares da Fonseca, que, em carta a Salazar²⁵, apontou a falta de «formação nacionalista» do escolhido, declarando temer uma sua «eventual falta de perfeita identidade com o espírito do Presidente do Conselho». Mas

²³ Anteriormente, debruçara-se sobre outros temas, por exemplo, ao falar perante um público de rotários (Willenhall, Dezembro de 1955) sobre contributos portugueses em matéria de ciência e arte.

²⁴ V. Franco Nogueira, *Um Político Confessa-se*, Porto, Liv. Civilização, 1986, pp. 11-12, e *Salazar*, vol. v, Porto, Liv. Civilização, 1984, p. 256.

²⁵ Cit. in Franco Nogueira, *Salazar*, vol. v, cit., p. 256, nota 2.

Salazar não lhe deu ouvidos e preferiu um homem novo e competente que, não sendo salazarista, poderia (trabalhando sob a sua direcção) obter para a política externa portuguesa um mais largo consenso, procurando em especial atrair o colonialismo da cepa republicana dos Norton e dos Brito Camacho. Sobre o nacionalismo de Nogueira (que nunca foi da União Nacional) já não teria dúvidas, por mais tardio e heterodoxo que porventura o achasse. De acordo com o próprio interessado²⁶, apenas quis saber, ao convidá-lo, se ele concordava com «a política ultramarina definida desde [havia] anos e reiterada nos últimos dias», se entendia existirem meios suficientes para a executar e se pensava que valia a pena «fazer um esforço para defender os valores que [estavam] em causa». Ora as respostas foram afirmativas. E verdadeiras, como o tempo se encarregaria de demonstrar. De Maio de 1961 a Outubro de 1969 dirigiu uma política externa sem dúvida fiel à inspiração de Salazar e que este seguiu de perto (nunca partilhando quanto ao fundamental o seu supremo poder decisório) mas que, não obstante, também ficou marcada pela personalidade do ministro dos Estrangeiros, bem capaz — dentro da fidelidade — de pensar e de agir por si. Dessa política, que toda ela gravitou em torno da «defesa do Ultramar», Franco Nogueira foi durante todo esse tempo a face mais visível e por assim dizer omnipresente. Eis um apanhado das suas principais acções²⁷:

- Entre 1961 e 1969, inclusive, chefiou a delegação portuguesa às assembleias gerais anuais da ONU, interveio no Conselho de Segurança em momentos críticos (Julho-Agosto e Dezembro de 1963, Novembro de 1965) e frequentou regularmente, como lhe competia, as reuniões ministeriais (semestrais) da NATO.
- Visitou oficialmente a Espanha, em 1964, os Estados Unidos e o estado do Rio de Janeiro, em 1965, a Alemanha, em 1966, a Áustria, a África do Sul, o Malawi, o Brasil e de novo os Estados Unidos, em 1967, e o Canadá, em 1968. À Santa Sé foi em Junho de 1963, chefiando a missão extraordinária que representou Portugal na entronização de Paulo VI, e lá voltou em Dezembro de 1965 à frente da que assistiu às cerimónias de encerramento do Concílio Vaticano II. A esta lista de viagens ao estrangeiro (repetidas algumas, não por acaso: Franco Nogueira achava que as relações com a Igreja, com os EUA e com o Brasil eram as mais importantes; os dois primeiros casos são óbvios, ao terceiro voltaremos adiante) convirá acrescentar as que fez a Angola em Setembro-Outubro de 1964 e a Moçambique em Julho de 1966. E a Moçambique voltaria um ano mais tarde para

²⁶ V. *Um Político Confessa-se*, cit., pp. 15-16.

²⁷ V. G. Sampaio e Melo e M. Vieira da Cruz, *op. cit.*

participar no II Congresso das Comunidades de Cultura Portuguesa, em cuja sessão de encerramento discursou.

- Desdobrou-se em actividades mediáticas: (a) concedendo entrevistas a jornais e estações de rádio e televisão (manifestou, também aí, alguma preferência pelos *media* anglo-saxónicos e brasileiros); (b) publicando numerosas notas oficiosas e convocando, ora em Portugal, ora no estrangeiro, dezenas de conferências de imprensa, destinadas a definir a posição oficial portuguesa perante concretos problemas de muito vária índole (adiante se enumeram alguns dos principais); (c) proferindo discursos e conferências — ou orientando colóquios — em que mais desenvolvidamente explanou as suas concepções doutrinárias e geopolíticas, perante públicos tão diferentes como os que se lhe depararam na Associação Académica de Coimbra ou no Colégio Universitário Pio XII e na Universidade de Harvard, no National Press Club de Washington ou no Overseas Press Club de Nova Iorque e na Associação da Imprensa Estrangeira em Lisboa, no Instituto de Altos Estudos Militares ou na Escola Superior Naval de Guerra, portugueses ambos, bem como no Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional francês, sem esquecer os deputados da Assembleia Nacional salazarista, a Associação Comercial de Luanda e a Câmara Municipal de Lourenço Marques, hoje Maputo. E poder-se-ia prosseguir.

Entre os temas das suas notas oficiosas e conferências de imprensa contaram-se: ataques anticolonialistas e anti-imperialistas desferidos contra Portugal na ONU e noutros areópagos, como a OUA; conflitos actuais ou potenciais entre Portugal e países africanos — designadamente alguns limítrofes de Angola, de Moçambique ou da Guiné — que apoiavam movimentos independentistas dessas colónias²⁸; a evolução da África austral, onde nesses anos avultaram a declaração unilateral da independência da Rodésia do Sul²⁹ e o desenvolvimento da cooperação entre Lisboa, Pretória e Salisbury, bem como um princípio de satelitização económica e política de certos Estados «negros» da área; a crise da NATO, saindo a França «gaullista» do esquema militar da aliança e insistindo Portugal, sem êxito, num alargamento da solidariedade atlântica que lhe abrigasse as colónias; tensões entre o governo português e os (pouco solidários) da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos e de países

²⁸ Outro problema foi o das possíveis represálias portuguesas, designadamente económicas: o abastecimento de alguns dos ditos países, como o Congo e a Zâmbia, bem como o escoamento das suas produções, dependia largamente dos portos e caminhos de ferro de Angola e Moçambique.

²⁹ Alegadamente para garantir a efectividade do embargo petrolífero decretado contra a Rodésia, a esquadra britânica bloqueou a certa altura o porto da Beira.

nórdicos, contrapostas ao bom entendimento com os da França e da Alemanha, apoiantes mais ou menos discretos da soberania portuguesa sobre terras de além-mar; lusos anseios de íntima associação com o Brasil, colosso lusófono ao qual repetidamente sugeriu que penetrasse em África de braço dado com Portugal. Quer enquanto ministro, quer, depois, até ao momento em que a queda do regime salazarista escancarou as portas da descolonização, toda a acção política de Franco Nogueira parece à primeira vista ter estado ao serviço de um só e simples desígnio fundamental: a defesa do «ultramar português», concebido qual conjunto de províncias (e não propriamente de possessões) iguais às metropolitanas enquanto partes de um só corpo nacional, pela mesma alma animadas. Tratando-se da «manutenção da integridade nacional»³⁰, qualquer outra política que não essa «condenaria Portugal à modéstia eterna e a um papel internacional sem relevo nem dimensão, além de pôr mesmo em risco a independência da Metrópole». Esta ficaria como que sem razão de ser, desprovida de nobre (e constituinte) função no mundo; e, perdido o respaldo ultramarino, talvez viesse a ser presa de uma Espanha castelhana francamente expansionista ou a sucumbir gradualmente a miragens mais ou menos federalistas de um iberismo gentil. Naturalmente, enquanto ministro, conteve-se nesta matéria, mas, mal saiu do governo, logo multiplicou as suas farpas anticastelhanas (v. *infra*); e o último livro que publicou³¹ mostra bem quanto a preocupação (por vezes quase obsessão) com a Espanha foi central no pensamento político deste homem: a ponto de nos perguntarmos se o apego ao ultramar não terá sido, em boa medida, um seu reverso. Também é verdade que, no dito livro, a paixão anexionista de «nuestros hermanos» nos surge profusamente ilustrada. Mas adiante. Defesa do ultramar, pois. Mas do quê ao certo? E até quando? E como? À primeira vista não havia dúvidas: defesa de todas e de cada uma das «províncias» atacadas, defesa até que todos os ataques cessassem (até sempre, se necessário); e defesa sem qualquer concessão às pretensões inimigas. Já o ouviremos teorizar uma intransigência aparentemente absoluta. Mas era um diplomata de escola realista, que não queria meter-se em becros sem saída nem proibia metamorfoses que bem poderiam vir a tornar-se inevitáveis. Nesta vertente, fez declarações heterodoxas e tentou delimitar a intransigência ou flexibilizar a rigidez. Ora vejamos, por partes.

A NOTÓRIA INTRANSIGÊNCIA³²

Em matéria de defesa das colónias ou «províncias ultramarinas» — fulcro de toda a sua política externa —, Franco Nogueira teorizou uma rígida

³⁰ V. Franco Nogueira, *Debate Singular*, Lisboa, Ed. Ática, 1970, pp. 42 a 44.

³¹ Id., *Juízo Final*, Porto, Liv. Civilização, 1992.

³² V. Manuel de Lucena, «Debate com inimigos íntimos», in *Embaixador Franco Nogueira — Textos Evocativos*, op. cit.

intransigência. Em *O Terceiro Mundo*, livro de 1967, mas que incorpora textos anteriores³³, essa teoria já nos surge plenamente desenvolvida. E assim:

a) *Quanto à substância da decisão intransigente*

Aí se lê³⁴ que «todas as transigências, todos os apaziguamentos», jogariam por força contra Portugal, pois nunca conseguiriam aplacar os seus inimigos, «nunca seriam satisfatórios nem finais [...] e a cada reabertura do problema ceder-se-ia mais e mais». E porquê? Porque, bem vistas as coisas, o princípio da transigência era a dúvida. Para transigir, Portugal teria de duvidar, quando não da bondade, pelo menos da viabilidade da sua política. Ora, a dúvida logo faria com que «afrouxasse a solidariedade nacional» — sinónimo, para ele, de vontade de combater —, com o país tomado por angustiantes questões de ser ou não ser capaz disto ou daquilo: de afirmar à face do mundo o seu direito, de resistir às investidas inimigas; de vencer... — e em breve decairia da dúvida à «hesitação» e desta à «paralísia», num passo «curto»; pois passaria a jogar «no campo do adversário [...] já dentro dos seus princípios e fora dos nossos, agindo em função dos seus objectivos e contra os nossos». Nesta ordem de ideias, nenhuma transigência, nenhuma «meia solução», lhe parecia aceitável, por mais que se apresentasse qual salvadora de legítimos interesses ou até de «valores de espírito ou de cultura». Procurando aparentemente «uma saída para a nossa política», mais não faria afinal do que «dar ao adversário uma saída» que este a seu ver não tinha, privando Portugal dos meios que nunca lhe faltariam «se não se entibia(sse) a nossa vontade».

b) *Quanto à consistência interior dessa decisão*

Também o livro em apreço fornece preciosas indicações. Deixaremos aqui de parte as de ordem histórica³⁵, atinentes a uma longa tradição portuguesa de resistência ideológica, política e militar aos ataques de grandes potências, a coberto de sucessivas roupagens doutrinárias (mar livre, antiesclavagismo, ocupação efectiva e, ultimamente, autodeterminação), para nos concentrarmos nas de ordem estratégica. Algumas destas — indirectas — consistem na identificação de pontos fortes da posição portuguesa à época e de pontos fracos das dos seus inimigos, muito principal se afigurando a que se extrai da comparação entre o desenvolvimento registado em colónias portuguesas — muito forte o de

³³ V. Franco Nogueira, *Terceiro Mundo*, Lisboa, Ed. Ática, 1967. Os capítulos I, V e VI procedem de conferências proferidas em Harvard (1961), Luanda (1964) e Lourenço Marques (1966).

³⁴ V. *Terceiro Mundo*, cit., pp. 138-139 e 202 a 205.

³⁵ *Ibid.*, cap. VI.

Angola — e a estagnação ou retrocesso da maioria dos países recém-independentes da África negra, nos quais o tribalismo perseverava, quando não recrudescia, e que, presa frequente de gravíssimos conflitos étnicos, numa perpétua oscilação entre a anarquia e o despotismo³⁶, não tinham, no interior de fronteiras artificiais devidas ao colonialismo, um mínimo de autêntica unidade nacional³⁷. Não é necessário encarecer a importância de tudo isto para a elaboração de uma estratégia visando, por um lado, os movimentos ditos de libertação nacional cuja mais problemática tarefa consistia precisamente na fábrica das nações que pretendiam representar, e, por outro lado, os Estados africanos dispostos a apoiar esses movimentos, mas muito interessados também, económica ou politicamente, na boa vontade do governo português: basta pensar na importância, para os desprovidos de acesso ao mar, dos portos e caminhos de ferro de Angola e Moçambique ou lembrar, noutro plano, as secessões do Catanga e do Biafra, às quais Portugal prestou assistência. Considerando outros tabuleiros, a estratégia nesses anos adoptada pelo ministro português jogava:

- *Na desvalorização e na crise de grandes organizações internacionais*³⁸, como a ONU e a OUA, lugar de «leilões políticos» e de «concursos de popularidade, nas quais os países do Terceiro Mundo — achando-se o sal da terra, com direito a uma «posição privilegiada», e invocando frequentemente o neutralismo, no fundo mais hostil ao Ocidente do que ao mundo comunista, apesar de os seus arautos contarem sobretudo com apoios económicos ocidentais — exerciam uma permanente chantagem, enquanto «as sociedades pleróricas e afluentes do hemisfério norte os utilizavam friamente [...] na sua luta pelo poder». Franco Nogueira, muito atento às solenes declarações e condenações da ONU e da OUA, recusava-se a tomá-las pelo seu valor facial, certo de que ficariam, o mais das vezes, letra morta ou de que o seu efeito poderia ser sensivelmente atenuado por entendimentos bilaterais entre Portugal e muitos países (dos quais alguns africanos) que afectavam discordar da sua política ou até condená-la. Às vezes, tais entendimentos tinham de permanecer, ao menos formalmente, confidenciais, nem que fosse como segredos de Polichinelo.
- *Na exploração de contradições existentes na Aliança Atlântica*³⁹. Também aqui preferia o bilateralismo, embora lamentando duas coisas: à *uma*, que a área coberta pela Aliança não fosse alargada de modo a cobrir as colónias portuguesas; à *outra*, que «algumas das potências

³⁶ *Ibid.*, p. 14, apontando copiosas violações de direitos humanos nesses países e ironizando sobre o racismo implícito (coisas de negros...) na «compreensão» de que beneficiavam no Ocidente.

³⁷ *Ibid.*, sobretudo pp. 53 e segs.

³⁸ *Ibid.*, pp. 27, 46 a 49, 75 e segs. e 119.

³⁹ *Ibid.*, pp. 81 e segs.

ocidentais» se sentissem, em África, «livres de abandonar e até de hostilizar os seus próprios aliados», coincidindo com o bloco socialista no desígnio de os «expulsar ou substituir nas posições por eles ocupadas». E este lamento, sincero, identificava os Estados Unidos e o Reino Unido como réus da ofensa, chegando a ameaçá-los com retaliações e atribuindo-lhes (ilibrando De Gaulle) as maiores responsabilidades pela crise da Aliança, de cuja estrutura militar a França se retirara. Não obstante, também se percebe que, sendo as coisas o que eram, a crise da NATO não deixava de ser para o chefe da diplomacia portuguesa — em perfeita sintonia com Salazar — bastante bem-vinda. Em suma, e encurtando razões, convinha a Portugal uma discórdia entre aliados que eliminava o risco de sobre ele exercerem irresistíveis pressões conjuntas e acrescia o valor da nossa cooperação com aqueles (na ocorrência a França e a Alemanha, às quais foram concedidas bases militares em território nacional) que mais dispostos se mostrassem a apoiar eficazmente a política colonial portuguesa⁴⁰. Com a crise da NATO, a questão da Rodésia, as reservas suscitadas no seio da Aliança pelo envolvimento americano no Sudeste asiático..., não faltavam a Portugal espaços para manobrar entre os seus aliados ocidentais. E não só: fruto em parte da coexistência pacífica e em parte do conflito sino-soviético, novas oportunidades despontavam então a leste, tendo Salazar encarado (v. entrevista ao *New York Times*, 23-3-1966) a possibilidade de estabelecer aquilo a que chamou «relações de outro tipo» — distintas das já existentes, económicas e comerciais — com os países socialistas que tivessem «mais afinidades connosco». E as relações diplomáticas com Cuba já tinham sido consideradas excelentes por Franco Nogueira na conferência de imprensa de 7 de Fevereiro do mesmo ano, no decurso da qual se deu ao luxo de sugerir que o Ocidente, no seu todo, talvez não tivesse muito que se preocupar com os ataques da Tricontinental acabada de realizar em Havana (e em cujas «sessões sociais» o embaixador português participara) uma vez que esses ataques visavam sobretudo os Estados Unidos...⁴¹.

Embora pudessem ligar-se à fronda do general De Gaulle e a uma vontade ou veleidade europeia de afirmação em face dos Estados Unidos — exprimindo também, sem dúvida, um rosário de ressentimentos antiamericanos e anti-britânicos que a crise rodesiana avivara (e a passividade anglo-saxónica quan-

⁴⁰ V. Manuel de Lucena, «Salazar et l'alliance atlantique», in *Revue internationale du socialisme/International Socialist Journal*, n.º 15, Roma, Julho de 1966, pp. 353-356.

⁴¹ Foi um remoque. Noutra ocasião (conferência de imprensa de 11 de Fevereiro de 1966) achou muito preocupantes duas novidades da Tricontinental: (a) a chegada do Terceiro Mundo à América Latina, que esboçava o alargamento do primeiro a populações brancas, de raiz latina e cristã; (b) a proclamação da luta armada qual «arma política por excelência».

do a União Indiana invadiu Goa não fora esquecida...) —, é legítimo duvidar-se da autenticidade e da consistência destas aberturas em direcção a países comunistas pró-soviéticos. Com a China de Mao, porém, o caso muda de figura, pois parece que a tentativa, em 1964, de (seguindo as pisadas da França) proceder ao seu formal reconhecimento teve mais substância própria, por várias razões⁴². Sem esquecer as relativas a Macau, considerem-se: à *uma*, a esperança em que Pequim moderasse países africanos e asiáticos que atacavam Portugal; à *outra*, a influência da China sobre movimentos nacionalistas das colónias portuguesas, cumprindo a este respeito salientar que Nogueira previa que a influência chinesa no continente negro estava para aumentar consideravelmente nos anos seguintes⁴³, não devendo desagradar-lhe a perspectiva de se aproveitar do dissídio sino-soviético; *enfim*, a velha ideia do ministro português (v. *supra*) segundo a qual o Ocidente não devia jogar no isolamento do celeste (agora vermelho) império... Não se exclui que a ideia de pressionar os EUA também pesasse, e não pouco, mas o quadro era, não obstante, mais promissor. De resto, além de não ser nova no MNE, a proposta de reconhecer a China — que agradou a Chou-En-Lai, inquietou Washington e desencadeou em Moscovo críticas antimaoístas⁴⁴ — tinha um precedente próximo na oferta feita ao primeiro-ministro chinês, em 1961, de reconhecimento diplomático da República Popular, acompanhado pela concessão de facilidades no porto e caminho de ferro goeses de Mormugão. Para dissuadir a União Indiana, desejosa de acometer o Estado Português da Índia... Dessa vez, a iniciativa partira do ministro do Ultramar, Adriano Moreira⁴⁵, e falhara quando Chou, convicto ou desinteressado, afirmou não acreditar em que o pacifista Nehru recorresse às armas contra Goa. A de 1964 falhou quando Salazar se retraiu, depois de num primeiro tempo se ter deixado convencer e de, no dizer de Franco Nogueira, acompanhar o assunto «com um interesse fascinado». Assaz sibilamente, Nogueira atribui o recuo de Salazar à oposição de extrema-direita (categoria vaga, de costas largas) e de «sectores da *União Nacional* e outros muito próximos do Presidente do Conselho»; mas acrescenta ter este dito a íntimos colaboradores que, podendo o receio de um acordo entre Portugal e a China levar os EUA a tentarem «ser-nos menos desagradáveis»,

⁴² Além das referidas, outras têm sido invocadas: ressentimento antiamericano, retaliação contra as atitudes da Formosa na ONU, etc. (V. Moisés Silva Fernandes, «Política Externa Desequilibrada: as Várias Tentativas para Estabelecer Relações Diplomáticas e Consulares entre Portugal e a República Popular da China, 1949-1979», versão provisória, policopiada, pp. 37-38).

⁴³ V. *Um Político Confessa-se*, cit., p. 85.

⁴⁴ V. Moisés Fernandes, «Política Externa Desequilibrada...», cit., pp. 29 a 33, 38 e 42-43; v. também Franco Nogueira, *Salazar*, vol. v, cit., pp. 550 a 553.

⁴⁵ V. entrada «Moreira, Adriano», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. 8 (coord. de A. Barreto e Maria Filomena Mónica), Livraria Figueirinhas, Porto, 1999.

já a concretização do proposto reconhecimento desencadearia uma «mais expressa» má vontade americana... Adopção (tardia?) de uma estratégia de chantagem ou recepção, a certa altura, de algum duro aviso de além-Atlântico, eis o que não cabe averiguar aqui. Mas já estamos a transitar do exame da rigidez para o de uma heterodoxa flexibilidade.

A DISCRETA HETERODOXIA

No termo de uma evolução de que se conhecem manifestações exteriores, mas que, no respeitante à consciência, apenas consente cautas conjecturas e às vezes nem isso (por exemplo, não sabemos até que ponto os massacres da UPA no Norte de Angola em 1961 e a geral comoção por eles provocada na metrópole terão acelerado em Franco Nogueira uma evolução pró-nacionalista cujo início lhes foi anterior), ele era principalmente um político — e não um simples diplomata, muito menos um intelectual desgarrado — ao tomar posse do cargo. Ora, como político, homem de poder, muito dificilmente poderia a sua intransigência ser absoluta. E de facto não o foi, antes conhecendo precisos limites, espaciais e temporais. Começaremos por estes, muito explicitamente derivados da própria teoria geral do «ultramar português» que desposou.

a) Teoria geral

De acordo com ele, a soberania portuguesa sobre terras de além-mar legitimava-se principalmente, não por títulos históricos, como a precedência das descobertas e conquistas, nem pela longa ocupação, que sobre larga parte delas tardara em tornar-se efectiva, nem pela obra evangelizadora, nem pela civilização dos nativos, que nas «províncias» asiáticas não tinha cabimento, mas sim pela construção, em curso, de sociedades multirraciais e pluriculturais muito superiores, a seu ver, às marcadas por uma só raça, existentes em África ou algures. Para ele, o multirracismo português não era «simples e pacífica convivência étnica, o que já seria muito, mas [...] interpenetração de raças e culturas e como que a criação de um tipo humano novo», o homem luso-tropical de Gilberto Freire: luso-tropical, mas universal, porque «é tolerante e, sendo cristão, admite e respeita outras formas religiosas; é de raiz ocidental mas [...] aceita e integra técnicas e civilizações não ocidentais; sendo educado e formado com certo estilo de vida, entende e adapta-se a outros estilos [...] e] ignora o preconceito rácico», com todos confraternizando humanamente, «para além das classes sociais e do nível cultural»⁴⁶. Para o nosso autor, nações fecundas eram tão-só, no fundo, «aquelas em que raças

variadas se têm misturado e integrado», ao passo que as «habitadas por uma só raça», podendo embora parecer estáveis e felizes, «pouco têm contribuído para o progresso da humanidade»⁴⁷. Correspondente a uma convicção nele antiga, este argumento — no qual algum racismo inverso perpassa: as raças puras é que seriam inferiores... — não exclui outros, como o da posse continuada dos territórios em questão e o do seu desenvolvimento económico e social, muito maior nesses anos em Angola e em Moçambique do que nos países africanos de recente independência, vítimas «do mais implacável neocolonialismo»⁴⁸. Mas nos argumentos de ordem histórica não insiste, reconhecendo-os politicamente insuficientes; e, quanto ao desenvolvimento sócio-económico, de não confundir com mero crescimento, considera-o inseparável, se autêntico, da construção de sociedades multirraciais, vendo no racismo de muitos Estados africanos um factor de retrocesso, inclusive económico: desde logo ao afugentarem indispensáveis quadros de raça branca⁴⁹. Em si mesmas negativas ou puramente defensivas, outras famosas justificações do ultramar português — alegadamente indispensável para conter a ofensiva comunista e travar o declínio do Ocidente ou impedir o seu cerco pelo sul, bem como para evitar que Portugal perdesse envergadura no mundo, quando não a própria independência nacional — também não dispensavam a articulação com o multirracialismo, necessário para que essa independência merecesse universal estima, surgindo as «províncias ultramarinas» como algo de bom, em vez de parecerem uma espécie de mal menor... Multirracialismo, pois. Mas, bem vistas as coisas, o que Franco Nogueira previu ao imaginar o futuro foi tão-só que, nas condições do seu presente, o fim da soberania portuguesa sobre os territórios em questão acarretaria, por força, o colapso da construção multirracial. Nunca profetizou que, prosseguindo ela à sombra da bandeira portuguesa, esses territórios permaneceriam para todo o sempre partes de um mesmo corpo político. Era o que preferia, mas deixava a porta aberta a outras possibilidades, apenas rejeitando a de independências a curto prazo. Contra quem pretendia que Portugal emitisse ao menos uma «declaração de intenções» apontando para a futura independência das suas colónias a prazo não muito dilatado, afirmava que era preciso optar entre esse «programa político», obcecado pelas independências, que desencadearia um processo precipitado e incontrolável, acarretando o colapso do multirracialismo, e um «programa sociológico» dando prioridade ao desenvolvimento sócio-económico num quadro multirracial. A sua opção estava feita, mas não tinha preconceitos acerca do que, a longo prazo, a

⁴⁷ V. *Terceiro Mundo*, cit., p. 19.

⁴⁸ V. *Debate Singular*, cit., pp. 163-164.

⁴⁹ V. *Terceiro Mundo*, cit., pp. 31 e segs. O racismo a que nesta passagem se refere é o racismo negro. Mas também contrapõe inequivocamente a «orientação portuguesa» ao sistema sul-africano do *apartheid*, «situado no extremo oposto».

autodeterminação de sociedades multirraciais traria. Interrogado em Junho de 1962 por Dean Rusk, secretário de Estado americano, sobre como encarava a situação nas «províncias ultramarinas» dentro de dez anos, replicou que «dentro de dez anos a situação [...] será a que resultar da evolução natural, sob os pontos de vista sociológico e institucional, dos territórios e populações em causa». E até se deu ao luxo de exprobrar ao seu interlocutor a rigidez da política americana, essa sim sempre agarrada a exigências «de prazos, de limites e de objectivos preconcebidos»...⁵⁰ Claro que, ao entregar a situação do problema político do ultramar à dita «evolução natural», Nogueira procurava ganhar tempo e espaço de manobra — atenuando as pressões dos Estados Unidos e de outros aliados ocidentais, suscitando a compreensão dos países moderados, fazendo o possível por atrair o Brasil a uma grande política lusíada — e nada prometia. Mas também é verdade que, no longo prazo, nada excluía. E não se achava sozinho nesta sua teórica abertura: em Maio de 1962, Salazar dissera, em entrevista à *Life*, algo muito parecido⁵¹; e Pedro Theotónio Pereira, então embaixador em Washington, também produziu declarações sobre uma «evolução natural» dos territórios «ultramarinos» que terão despertado bastante interesse no *State Department*⁵². Nesta ordem de ideias, tão fechada a concessões à ONU e à OUA quanto alheia a juras por uma nação portuguesa eternamente una do Minho a Timor, tornavam-se perfeitamente concebíveis quer o nascimento de novos Brasis nas colónias deveras multirraciais (Cabo Verde, Angola, Moçambique) quer a total independência das restantes ou a adopção, por umas e outras, de novos laços políticos com Portugal, federais, confederais ou comunitários. Não cabe duvidar de que o último ministro dos Negócios Estrangeiros de Salazar preferiria manter indefinidamente o Estado unitário, mas isso nada tira nem põe aqui. E o que se segue ainda é mais interessante, se bem que um pouco menos evidente.

b) Teoria regional

Contemplando já, provavelmente, um aborrecido problema prático, Franco Nogueira também sustentou reiteradamente uma «teoria das três Áfricas»⁵³ incompatível com o absoluto unitarismo. Eram elas: *primeiro*, a norte, a África árabe, com as suas tradições e uma «cultura particular», na qual não descobria nada de fundamental comum às demais partes do continente; *depois*, a África ao sul do Sara, à qual também lhe ocorre chamar África negra, «cada vez mais receosa dos árabes»⁵⁴, com «problemas políticos, sociológi-

⁵⁰ V. *Diálogos Interditos*, Braga-Lisboa, Ed. Intervenção, 1979, vol. I, p. 134.

⁵¹ V. Franco Nogueira, *Salazar*, vol. I, cit., pp. 402 a 405.

⁵² V. *Diálogos Interditos*, vol. I, cit., pp. 135 e 147.

⁵³ V., por exemplo, *Terceiro Mundo*, cit., pp. 70-71, mas também «Conferência de imprensa de 2 de Junho de 1964», in *Política Externa Portuguesa*, vol. I, Lisboa, MNE, 1964, p. 79.

⁵⁴ V. *Diálogos Interditos*, cit., vol. II, p. 78.

cos e económicos», que «por completo» a separavam das restantes; *enfim*, a África «multirracial e pluricultural», onde incluía a África portuguesa, «com as suas características únicas». Mas guardava-se bem, *et pour cause*, de situar geograficamente esta terceira, que se esperaria fosse a austral, maioritariamente negra como a segunda mas onde avultavam territórios — Angola, Moçambique, a África do Sul e a Rodésia — multirraciais no sentido de também conterem grandes massas populacionais brancas. Franco Nogueira dá aqui uma definição lata e ambígua de multirracialismo que — sem aludir a números nem distinguir entre convívio e mera coexistência de brancos e negros⁵⁵ — permitia incluir a Guiné-Bissau, então portuguesa, onde os colonos brancos eram poucos, sem obrigar a excluir a União da África do Sul por causa do *apartheid*, condenável mas aliado. Porém, outras passagens do mesmo livro mostram que ao referir-se à terceira África era mesmo na austral que pensava: com efeito, ao defender o multirracialismo português, apenas costuma falar em Angola e Moçambique, nunca mencionando a propósito São Tomé ou a Guiné, e é só a África austral que tem em mente ao referir-se aos golpes comunistas que, «atingindo-nos, atingiriam a Europa e o Ocidente e a África na sua área mais sólida, desmoronando de um só golpe várias posições»⁵⁶. Eis o que esboça uma limitação espacial da intransigência especialmente oportuna para quem já sentisse a Guiné como calcanhar de Aquiles. Rimam com esta hipótese, por um lado, o elogio que faz de certos líderes da África negra, do moderado Senghor ao radical Modibo Keita, com os quais poderia ter de tratar⁵⁷, e, por outro lado, a sua crítica à tendência para a uniformidade que caracterizava — diz ele — a «orientação que as Nações Unidas procuram imprimir [...] à evolução política e sociológica do continente africano», crítica essa condimentada com a observação de que havia em África (e mesmo dentro de cada uma das três Áfricas) «territórios com estatutos extremamente diversos» — «países independentes [...] protectorados [...] colónias individualizadas ou federadas territórios em regime de tutela [...] departamentos como a Argélia; praças de soberania como Ceuta...» —, o que não era devido ao acaso, mas sim a «condições específicas e próprias de cada território» e do respectivo «estado político-sociológico», não podendo nem devendo ser os problemas de todos «medidos ou solucionados por uma única bitola». Eis o que, implicitamente, não deixa de pôr em causa a uniformidade de um Portugal do Minho a Timor. Ao rol dos tipos estatutários acabados de citar, o nosso autor acrescenta, é certo, as províncias ultramarinas portuguesas, «integradas em pé de igualdade numa nação unitária»⁵⁸. Mas não há lógica em censurar na generalidade a

⁵⁵ Noutras ocasiões distingue-os muito bem (v. *Política Externa Portuguesa*, cit., vol. I, pp. 49-51, e *Diálogos Interditos*, cit., vol. II, p. 90).

⁵⁶ V. *Terceiro Mundo*, cit., p. 151.

⁵⁷ *Ibid.*, pp. 14-15, e *Um Político Confessa-se*, cit., pp. 93-94.

⁵⁸ V. *Terceiro Mundo*, cit., pp. 145-146.

pretensão de aplicar «uma única bitola» e defendê-la depois na especialidade quanto aos territórios ultramarinos portugueses, tão ou mais diversos entre si...

A Franco Nogueira esta contradição não podia escapar. As suas premissas eram, sim, propícias à concepção de um ultramar diferenciado, compreendendo possessões de várias espécies, com distintas funções e estatutos, diversa importância ou valor, capazes de virem a conhecer diferentes destinos políticos, sem que a independência de alguma tivesse fatalmente de arrastar a de todas as outras, caindo como dominós. E custa a crer que um político tão atento à história de Portugal não tenha sido por ela obrigado, por um lado, a distinguir entre diversas espécies de possessões e situações coloniais (colónias de povoamento, entrepostos comerciais, praças fortes, estados tributários, etc.) e, por outro lado, a entender que só um nacionalismo tardio, já de certo modo pós-imperial, ditou a doutrina da indisponibilidade de toda e qualquer parcela do império. A expressão «províncias ultramarinas» é antiga no direito português, mas os antigos reis de Portugal, dos Algarves e de tantas outras partes não procediam como se todos os seus domínios formassem um só pátrio solo sagrado. Bombaim foi no dote da princesa D. Catarina e nunca nenhum grande patriota chamou traidor ao seu augusto pai. Dir-se-á que só graves e agudas dificuldades da Restauração justificaram tal passo? Seja. Mas como jurar que um semelhante estado de necessidade não ocorreria no século xx? E como decidir que mais valeria em qualquer caso arriscar a perda do todo do que sacrificar uma parte? De si para consigo, Nogueira deve ter remoído questões deste género. E não terá sido o único no governo a fazê-lo. Deixando aqui de parte outras figuras⁵⁹, repare-se em que o próprio Salazar abordou o tema das três Áfricas num discurso pronunciado em Novembro de 1967. (De resto, já dele se ocupara em Abril de 1961, ao ser entrevistado por um jornalista brasileiro⁶⁰.) E em Maio de 1968 mandou para a Guiné, como governador e comandante-chefe, o general António de Spínola, de cujas propensões reformistas e autonomistas parece ter tido pleno conhecimento. Assim, merece atenta consideração a hipótese de Salazar e o seu ministro terem admitido para a Guiné uma solução especial, a ser procurada no quadro da teoria das três Áfricas; em detrimento, provavelmente, do projecto multirracial, para desenvolver o qual faltava tempo na dita colónia, onde a população branca também era escassa. Solução especial essa cujo «programa», não se podendo confiar numa lenta e sociológica evolução natural, deveria por força ser (também ou sobretudo) «programa» político... E, com efeito, de política não tardaria a ocupar-se Spínola, com os seus congressos do povo,

⁵⁹ V. a entrada «Moreira, Adriano», in *Dicionário de História de Portugal*, vol. 8 (coord. de A. Barreto e Maria Filomena Mónica), Livraria Figueirinhas, Porto, 1999.

⁶⁰ V. Franco Nogueira, *Salazar*, cit., vol. v, p. 253.

o seu diálogo com Senghor, a sua vontade de se entender politicamente com a mesma guerrilha que no plano militar combatia... Mas Salazar saiu da cena logo em Setembro de 1968, tinha o general chegado havia pouco a Bissau. E a disposição de Franco Nogueira mudou.

VIGIA

Quando Salazar saiu da cena, o seu ministro dos Estrangeiros permaneceu no governo mas, passado pouco mais de um ano, separou-se de Marcelo Caetano, sobre cujo apego ao «Ultramar português» alimentava havia muito tempo mais do que sérias reservas⁶¹. Em 1969 trocou o Ministério pela Assembleia Nacional, onde ficou de atalaia, transformado em chefe de fila de uma oposição interna que tinha mais a temer da renovação marcelista do que os opositores democráticos moderados. E em 1973 foi designado procurador à Câmara Corporativa, à qual pertencia quando se deu o 25 de Abril de 1974. Desde Outubro de 1969 era também vogal efectivo do Conselho Ultramarino. Vejamos agora o que fez na última fase do regime salazarista.

QUANTO AO PROBLEMA DA SUCESSÃO DE SALAZAR

Foi consultado pelo presidente da República. Na audiência⁶², Américo Tomás disse-lhe que o seu nome constava da lista emergente de consultas anteriores, mas que ele (Tomás) achava não ser sensato «trocar um ministro certo por um presidente do Conselho incerto». O consultado limitou-se a dar parecer desfavorável sobre Marcello Caetano: observando que o pensamento deste professor «fora e continuava a ser contrário a tudo o que tem sido feito; e a sua nomeação poderia bem ser o prelúdio à perda do Ultramar». E, quando Tomás retorquiu que quem fosse por ele nomeado teria de «assumir o compromisso solene» de não alterar a política até então seguida, fez-lhe notar que, «sem embargo de qualquer compromisso, há mil maneiras, tão subtis como eficazes, de alterar e destruir uma política», apenas acrescentando, muito diplomaticamente, que «nada queria insinuar»... Nomeado Marcello, Franco Nogueira começou por recusar-se a permanecer no governo, mas acabou por render-se às instâncias primeiro indirectas (através de Soares da Fonseca) e depois directas do presidente da República. Aos olhos do público conhecedor, a sua permanência no governo foi, para Marcello Caetano, caução e limite. E não podia durar muito sem que um deles se rendesse.

⁶¹ Id., *ibid.*, pp. 394-395.

⁶² V. Franco Nogueira, *Um Político Confessa-se*, cit., pp. 313-316, donde, até indicação em contrário, procedem as próximas citações.

NA ASSEMBLEIA NACIONAL

Nogueira, que em Novembro de 1968 fora promovido a embaixador, despediu-se do MNE com um discurso, pronunciado perante Marcello Caetano, em que reafirmou o desiderato de defender «Angola, Moçambique, a Guiné e as demais províncias», declarando, a propósito, que conservar esses territórios valia mais do que manter boas relações com a ONU, «organismo decadente e impotente»⁶³. E logo se candidatou a deputado (como independente numa lista da União Nacional), sendo eleito em Outubro de 1969, após uma campanha eleitoral áspera em que defendeu persistentemente a política estrangeira e colonial do regime, sujeita a fortes críticas das oposições. Fê-lo sustentando, claro está, que tudo devia ser feito «no sentido da manutenção e defesa do Ultramar», cuja perda poria em grave risco a própria independência de Portugal; denunciando o mito de uma Europa «onde não temos nenhum interesse vital a defender»; salientando o desenvolvimento das «províncias ultramarinas» portuguesas, cujos rendimentos *per capita* já eram dos mais elevados de África; negando que a defesa delas causasse graves dificuldades económicas, e prevendo que, uma vez abandonadas a si próprias, «logo seriam presa de todas as ambições [...] teatro das mais trágicas lutas»⁶⁴. Este discurso de 2 de Dezembro de 1969 (o seu primeiro no hemisfério), pronunciado na sessão inaugural da legislatura — no qual o novo deputado fez boa cara a mau jogo ao elogiar Américo Tomás por ter sabido substituir Salazar por «quem nos dava a melhor garantia da prossecução dos interesses colectivos» —, já contém todos os temas principais sobre que incidiriam as suas então vindouras intervenções na Assembleia.

a) *Ultramar e integração europeia*⁶⁵

Aplaudindo a declaração do presidente da República segundo a qual «não se plebiscitam partes de um todo» — aparentemente esquecido de que anos antes tentara convencer Salazar da conveniência de um plebiscito sobre a política ultramarina⁶⁶ —, definiu logo o essencial da sua posição: «Seria pelo menos absurdo que nós Portugueses, dispendo de um extenso espaço económico alicerçado em sólida unidade política, fôssemos destruir aquele e quebrar esta, abandonando uma construção em que somos tudo para nos integrar-

⁶³ V. *Debate Singular*, cit., pp. 311 e segs.

⁶⁴ *Ibid.*, pp. 354 a 356.

⁶⁵ V. *Diário das Sessões*, n.ºs 30 (8-4-1970) e 207 (14-12-1972).

⁶⁶ V. Diogo Freitas do Amaral, *A Tentativa Falhada de Acordo Portugal-EUA sobre o Futuro do Ultramar Português (1963)*, Coimbra, Coimbra Ed., 1964, e Franco Nogueira, *Salazar*, cit., vol. v, p. 509.

mos numa outra que é dominada por outros e onde não seríamos nada.» Mas por extenso só em Abril de 1970 desenvolveu o tema, pronunciando na Assembleia um discurso que o promoveu a chefe da ala «antieuropéista» do regime, muito embora ele sempre tenha dito que apenas se opunha aos perigosos «mitos» da integração económica e da unidade política; aplaudindo, nesse mesmo discurso, a criação de uma comissão para «contactar e eventualmente negociar com o Mercado Comum» e vindo depois a aprovar, em 1972, os acordos que Portugal então celebrou com a CEE e com a CECA, Comunidade Europeia do Carvão e do Aço. Assim delimitado o seu ataque de 8 de Abril, foi forte e sem apelo a condenação dos ditos «mitos», a cujo «sortilégio» sucumbiam, a seu ver, os «tecnocratas portugueses» e o próprio arquitecto do «espaço económico português». E disto nunca sairia. Em matéria europeia, só admitiu acordos limitados, nunca qualquer espécie de unificação. Agradava-lhe reparar em que a Espanha não tivera de integrar-se em nada para se desenvolver vigorosamente. E passou os últimos anos do Estado Novo a vaticinar o colapso do Mercado Comum: atento às circunstâncias, achou-o sucessivamente incapaz de resistir à *östpolitik* alemã, à hostilidade americana e a uma possível adesão da Inglaterra, que, pérfida Albion, só entraria para poder miná-lo por dentro.

b) *Retaguarda*

Na inauguração da legislatura, Franco Nogueira, convencido de que a guerra nas «províncias ultramarinas» seria ganha por quem mais força de vontade tivesse, não deixou de recomendar que se cuidasse «da defesa ideológica da nação», assente na «coragem de não dar razão ao adversário». E preocupou-se, como já sabemos, com a possibilidade de as oposições continuarem a questionar a política de defesa intransigente do ultramar. Mas, então e nos dois anos seguintes, as suas intervenções na Assembleia não foram além destas generalidades. Em 1972 e 1973, quando a sua preocupação cresceu — ao ver como se desenvolvia («em círculos ainda restritos» e distantes «do cerne nacional», mas embora...) «o sentimento ou a convicção de que a ordem natural das coisas impõe no Ultramar uma determinada evolução, e só essa» — é que voltou a subir à tribuna⁶⁷ para denunciar vigorosamente os que, alegando pretenderem contribuir para esclarecer os Portugueses, tudo queriam debater. Para ele, tal esclarecimento tem «o sabor de uma doutrinação unilateral e sistemática» (inimiga), e não é admissível pôr em causa o País «cada vinte e quatro horas», mesmo em parecendo que «o Mundo vai

⁶⁷ V. *Diário das Sessões*, n.ºs 192 (29-4-1972) e 226 (16-2-1973), donde procedem as citações seguintes, até indicação em contrário.

noutro sentido. Porque, sendo vedado a um povo partir de ideias suicidas [...] nem como hipótese de trabalho devemos admitir alternativas para a vitória [...] admitir sequer tal hipótese representa desde logo um enfraquecimento psicológico, um princípio de descrença, uma dispersão de energias...» Absolutamente necessário se tornava, pois, prevenir uma tal eventualidade: eis o que levava e o levou em linha recta ao problema da ordem pública. Em 1972, o ex-ministro dos Estrangeiros declarou na Câmara que se impunha «a rejeição de tudo quanto é antinacional» e que «mais importante do que a liberdade em sentido abstracto são as liberdades e os direitos que correspondem às aspirações fundamentais do homem: o direito ao trabalho, o direito à educação e cultura, o direito à saúde, o direito de acesso aos benefícios da técnica e do progresso»... Os direitos sociais em suma: quanto aos políticos (de reunião, de associação, de expressão..., etc.), podiam ser sacrificados — como acontecia — no altar da nação, a qual «tem, sobretudo, direito à sua independência e à sua dignidade». Longe ia o ano de 1963, em que promovera a vinda a Portugal de Lord Russel de Liverpool para inquirir da situação prisional portuguesa e do tratamento reservado aos presos políticos.

NA FRENTE POLÍTICO-CULTURAL

Franco Nogueira continuou activo, concedendo entrevistas, participando em colóquios e proferindo conferências, algumas em instituições castrenses a que sempre prestara atenção, como o Instituto de Altos Estudos Militares e a Escola Superior Naval de Guerra. Mas novidades houve-as no que então escreveu. Para além de livros já aqui abundantemente citados, como *Debate Singular*, saído em 1970, e *Terceiro Mundo*, reeditado em 1969, merecem especial referência as suas investidas em dois terrenos:

- a) *O do comentário mordaz da actualidade política*, sob a forma de *sueños*, a que chamou *setas*, publicados sob o pseudónimo de Lusitanus na revista *Política*, dirigida por Jaime Nogueira Pinto. Por elas insistentemente visados foram o europeísmo, os tecnocratas e a SEDES, a Espanha castelhana e a «Opus Dei», o catolicismo progressista e o pacifismo (que via prosternados perante terroristas) e os ataques de proveniência ocidental — sobretudo nórdicos — à política colonial portuguesa⁶⁸.
- b) *O das cavalarias histórico-doutrinárias*, que na catedraticocracia salazarista pareciam constituir cimento dificilmente dispensável das grandes carreiras políticas. Deste ponto de vista, o mais interessante é um seu

⁶⁸ V. in *Embaixador Franco Nogueira — Textos Evocativos*, cit., a bibliografia de Franco Nogueira devida a G. Sampaio e Melo e M. Vieira da Cruz.

livro de 1971⁶⁹ — *As Crises e os Homens* — construído em torno de duas ideias: (1) a de que, desde há séculos, «em torno de Portugal e dos seus interesses vitais actuam sempre as mesmas forças estrangeiras e internacionais», apenas variando as coberturas ideológicas do ataque, «diversas consoante as épocas»: mar livre, antiesclavagismo, ocupação efectiva, autodeterminação; (2) a de que «nas épocas de grande crise o escol português, na sua generalidade, tomou historicamente uma posição ideológica e política contrária aos interesses nacionais permanentes e apenas o povo soube ter consciência dos mesmos e defendê-los». A esse povo aponta, na conclusão da obra, um caminho: «é vital, para a metrópole portuguesa e para o ultramar, que se não altere o equilíbrio e a solidariedade do conjunto»; impõe-se, para isso, «manter um tesouro desafogado, uma estrutura militar apropriada, uma forte coesão moral»; há que evitar o envolvimento do país «nos conflitos e querelas da Europa»; que manter em face da Espanha «uma reserva histórica», sem prejuízo da boa vizinhança e da possível cooperação; que valorizar a aliança inglesa, «sem subordinação de protectorado»; que procurar uma aproximação dos EUA, potência marítima, «sem todavia esquecer os seus interesses imperiais e a volubidade da sua política; que «prosseguir e estreitar a colaboração com o Brasil, sem perder de vista, contudo, o que há de equívoco em certos aspectos da política brasileira»; e em tudo é preciso manter «uma direcção firme», sem desvios nem subordinações a ideologias passageiras e repudiando «orientações e princípios internacionalistas, que só jogam contra as pequenas potências e de que as grandes, pela sua força, estão sempre imunes».

Até ao 25 de Abril, este seu programa não variou.

⁶⁹ V. Franco Nogueira, *As Crises e os Homens*, cit.